

Exportações de têxteis e vestuário recuperam

As exportações de têxteis e vestuário ascenderam a 2195 milhões de euros, até maio, registando um crescimento de 17,7% face ao ano transato, mas 2,1% abaixo do valor alcançado em 2019, no mesmo período. A França e os Estados Unidos foram os mercados com os maiores crescimentos. A Espanha foi o destino com a maior quebra, de acordo com a APT.

DADOS DA OCDE REVELAM

Receitas de IRC em Portugal estão acima de Espanha, Itália e Suécia

De acordo com os últimos dados da OCDE, as receitas de IRC pagas pelas empresas portuguesas atingem 3,1% do PIB, estando acima da média europeia e da média mundial. A tributação das empresas nacionais é superior a todos os países do Sul da Europa e também de países como a Alemanha, Suécia ou Dinamarca.

Vários especialistas na matéria, incluindo fiscalistas e dirigentes associativos, consideram que este nível de tributação afeta o investimento nacional e estrangeiro e defendem que seria desejável uma aproximação ao nível de tributação dos países europeus, devendo esta correção privilegiar todas as empresas. “Naturalmente, este nível elevado de tributação afeta profundamente o investimento, tanto nacional como estrangeiro. Acresce a agravante de que a tributação dirigida às empresas em Portugal é caracterizada por ser imprevisível, instável e opaca. O caso emblemático nesse contexto é o das tributações autónomas. Uma carga fiscal com esta arquitetura desincentiva o investimento das empresas”, afirma Rafael Campos Pereira, vice-presidente executivo da AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal. “Seria absolutamente desejável tornarmos a tributação mais previsível, mais estável e mais transparente. Para além disso, devermos alinhar o nível de tributação com os países com os competimos mais diretamente (nomeadamente os do Sul da Europa)”, acrescenta.

Segundo o mesmo responsável, “a correção deveria abranger todas as empresas, independentemente da dimensão”. O economista e gestor Mira Amaral lem-



bra que “o Governo Passos Coelho fez um acordo com o PS para baixar o IRC. Tal dava credibilidade ao país, pois o Governo chegava a acordo com o principal partido da oposição. O PS, ao chegar ao Governo, esqueceu e rasgou tal acordo”.

“O IRC não é a única dimensão do problema em termos de captação do IDE e de estímulo ao investimento produtivo mas é um dos argumentos em termos de concorrência fiscal e devia-se ter respeitado esse acordo e mantido depois a estabilidade fiscal. Não só o nível do IRC é importante, mas os investidores também apreciam a previsibilidade e a estabilidade fiscal, coisa que não temos”, conclui.

O recente acordo histórico dos ministros das Finanças do G7 pode permitir implementar um IRC mínimo de 15% sobre os lucros das empresas multinacionais

Reforma do IRC ficou “na gaveta”

Para a CCP – Confederação do Comércio

AHRESP propõe medidas de compensação

A AHRESP apresentou ao Governo o plano sob a designação “Enfrentar a pandemia, garantir a sobrevivência”, o qual é composto por 10 medidas que pretendem fazer face aos problemas que estão a penalizar a restauração e o alojamento. Entre essas medidas contam-se o programa Apoiar, as moratórias ou questões de âmbito fiscal.

nível de tributação face ao que são os nossos principais concorrentes na captação de investimento em áreas que consideramos estratégicas”.

“Se eventualmente se optasse por aumentar o montante da matéria colectável a que é aplicável a taxa de 17%, já estaríamos a dar um sinal de apoio às PME. Outro sinal seria o da redução das tributações autónomas que têm um impacto muito significativo nas empresas de menor dimensão”, acrescenta.

Tributações autónomas agravam carga fiscal sobre as empresas

Para Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP, “a elevada carga fiscal é um sério constrangimento que as empresas têm reportado nos inquéritos que a AEP realiza regularmente junto dos seus associados”.

“De facto, Portugal tem um peso das receitas de IRC no PIB acima da média da OCDE. Acresce que o nosso país tem a maior taxa máxima de IRC combinada (isto é, incluindo derramas nacionais e regionais) entre os países da OCDE, de 31,5%, valor que se reparte entre 21% de taxa base de IRC, 9% da derrama estadual no escalão máximo (acima de um rendimento tributável de 35 milhões de euros) e 1,5% de valor máximo de derrama municipal. De assinalar que nestas contas não estão contabilizadas as tributações autónomas que se verificam em Portugal e que agravam este imposto.”

“Acresce ainda que Portugal é um dos países europeus onde se demora mais tempo para lidar com as burocracias relacionadas com o cumprimento de obrigações fiscais, como mostram os sucessivos Relatórios Doing Business, do Banco Mundial.”

“Toda esta situação é inibidora na atração e retenção de investimento nacional e estrangeiro no nosso país.”

“Por isso, a AEP tem alertado ao longo do tempo para o peso excessivo da carga fiscal sobre as empresas como um fator muito penalizador para o investimento, tendo feito várias sugestões a esse nível, designadamente a de acabar com a derrama estadual e retomar a trajetória gradual de descida da taxa base que chegou a estar prevista na reforma deste imposto que entrou em vigor em 2014, mas que acabou por não se concretizar”, acrescenta o presidente da AEP.

Segundo o mesmo responsável, “Portugal deveria usar a fiscalidade como um instrumento para atrair investimento, pelo que a resposta é clara quanto à necessidade de baixarmos a carga fiscal sobre as empresas”.

“Na verdade, a carga fiscal no seu conjunto é penalizadora da atratividade do investimento, não apenas a componente do IRC referida”, conclui.

Fiscalidade influencia decisões de investimento

A fiscalidade sempre foi considerada um fator com influência nas decisões de investimento, mas não o único nem sequer o pre-

França não retira taxa GAFA

No âmbito da OCDE, os vários países acordaram uma taxa mínima em sede de IRC. Mas a França já garantiu que vai manter a sua taxa GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple), pelo menos até 2023. Este imposto não desaparecerá até que a reforma proposta pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico seja efetiva.

UE tem carga fiscal superior à das restantes economias desenvolvidas

A União Europeia continua a registar um nível de receitas claramente superior ao das restantes economias avançadas, dá conta um estudo de tendências da Comissão Europeia em matéria de fiscalidade. Em 2019, as receitas fiscais foram de 40,1% do PIB. No ano passado, ter-se-á registado uma descida de 4%, em termos nominais, mas aumentaram em percentagem do PIB. As receitas fiscais baixaram menos que o PIB. Para muitos Estados-Membros, as receitas fiscais em percentagem do PIB não deverão crescer antes de vários anos, mesmo que tal dependa, em grande medida, da rapidez

com que acontecer a retoma. O estudo conclui ainda que a estrutura da fiscalidade europeia se tem mantido estável. As receitas resultam, praticamente em partes iguais, dos impostos indiretos, diretos e das contribuições sociais. A repartição das receitas por base tributária – consumo, trabalho e capital – tem sido similar ao longo dos anos, com 52% para o trabalho, 28% para o consumo e 20% para o capital. Relativamente ao PIB, os dados de 2019 revelam que as receitas fiscais provenientes do consumo representaram 11%, um valor ligeiramente inferior ao do exercício anterior. Os impostos sobre o trabalho,

que são responsáveis pela maior parte da receita, mantiveram-se inalterados, com 20,7% do PIB. Quanto às receitas dos impostos sobre o capital, também se mantiveram estáveis, com 8,2% do PIB. No conjunto da União Europeia, as taxas ambientais mantiveram um nível globalmente equivalente no ano em análise. No entanto, a nível nacional, houve alterações consideráveis ao longo da última década. Com efeito, ao longo deste período, vários países aumentaram substancialmente as suas receitas ambientais, com especial destaque para os rendimentos ligados à energia.

ponderante. Haverá também que atender a muitas outras circunstâncias, nomeadamente a estabilidade dos sistemas legais, judiciais e fiscais e ao contexto regulatório favorável ao investimento estrangeiro, defende Anabela Santos, consultora da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

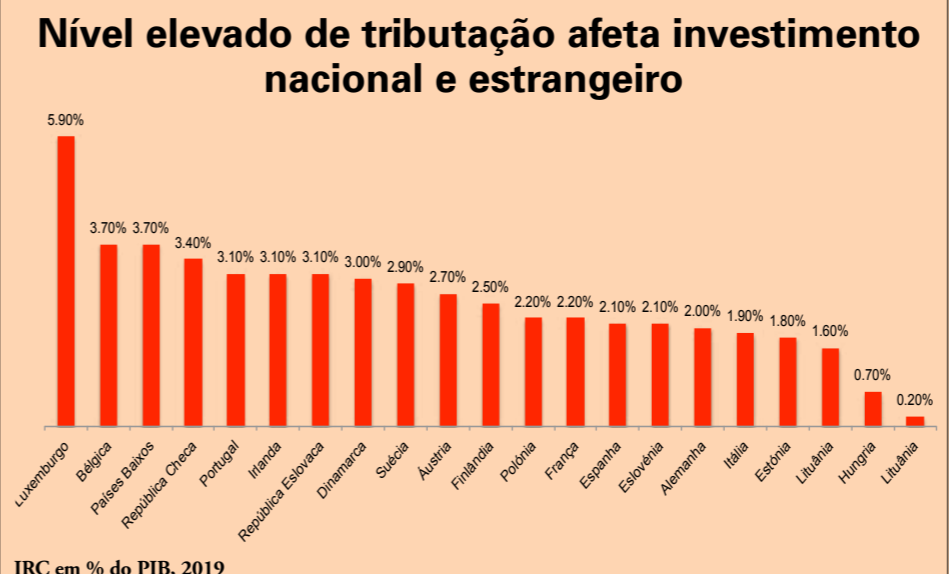
Ao retirar o elemento de concorrência pela taxa, os países abdicam de soberania fiscal em troca de um potencial aumento da receita fiscal. “Não há um propósito de harmonização da tributação direta na UE, mas cada vez mais uma tendência para essa aproximação. São escolhas que têm em conta a incapacidade dos Estados para lidarem com o poder das grandes multinacionais e o reconhecimento de um projeto de go-

vernance fiscal mais harmonizado, que vai evoluindo em função da agenda política fiscal mundial.” Por sua vez, a responsável da OCC é de opinião que o nível de tributação das PME face às grandes empresas, em Portugal, não é significativamente inferior, pois aquelas até contribuem menos para a receita fiscal que as grandes empresas. “Na PME, o fator fiscal tem mais peso, sem dúvida, mas não são estas as que mais contribuem para a receita fiscal.”

O fiscalista Rogério Fernandes Ferreira considera, que muito embora a receita de IRC possa representar, em Portugal, uma fatia superior do PIB em comparação com outros países da Europa e do Mundo, os incentivos fiscais ao investimento consa-

grados na nossa lei têm permitido o crescimento regular do investimento interno. “Em paralelo, regimes atrativos, incluindo o da Zona Franca da Madeira, continuam a assegurar que o nosso país possa ser um polo de investimento estrangeiro, tendência que a crise pandémica abrandou, mas que não conseguiu travar.” Quanto a uma eventual aproximação ao nível de tributação dos países europeus, “apesar de os sinais relativos aos últimos anos serem positivos, a verdade é que a economia portuguesa não atingiu ainda um nível de robustez equivalente ao de outros países europeus. Ainda que a tributação global passasse a ser mais baixa, uma tentativa de nivelção com esses países poderia ter o efeito perverso de introduzir limitações aos incentivos vigentes, representando, assim, perda de competitividade pela via fiscal, a qual tem sido, a meu ver, estratégica.”

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais admite que as PME não têm sido desprezadas pelo legislador fiscal, que tem vindo a consagrar medidas tendentes a aliviar a sua tributação. “Cumprir recordar que as PME estão hoje sujeitas a uma taxa de IRC reduzida de 17% por referência aos primeiros 15 mil euros de lucro tributável e existem incentivos ao investimento que lhes são exclusivos, como é o caso da Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos. Tendo as PME sido assumidas por sucessivos governos como estratégicas para o crescimento económico em Portugal, acredito que num cenário de eventual redução da tributação global se possa manter a tendência de privilegiar estas entidades.”



Países emergentes ameaçados pela vacinação e inflação

Os países emergentes vão ter dificuldades acrescidas para recuperar da crise. Em 2008, foi o inverso, com os mais ricos a demorar mais tempo pela recuperação. A imunidade coletiva vai ainda ter de esperar vários trimestres, penalizando a procura interna. O aumento dos preços junto dos consumidores levou os bancos centrais a agravarem as taxas de juro, numa altura em que as economias ainda estão em convalescença, refere um trabalho publicado no “Les Echos”.

A OCDE admite que os quatro países que vão demorar mais tempo a atingir o PIB de antes da crise são todos emergentes. Serão necessários cinco anos à Argentina e à África do Sul para chegarem à riqueza de 2019 e quatro anos à Arábia Saudita e

Ainda está longe os emergentes alcançarem a imunidade coletiva

ao México. De acordo com o Banco Mundial, cerca de 40% dos países emergentes e em desenvolvimento terão, em 2023, um PIB “per capita” inferior ao nível de 2019. A imunidade coletiva será alcançada, na melhor das hipóteses, num ano. A procura interna vai ficar muito limitada e a recuperação será feita por avanços e recuos, em função da circulação do vírus em cada país.

Um outro problema para os países emergentes é o regresso à inflação. Por exemplo, o Brasil atingiu uma taxa de inflação de 8%. Resultado deste aumento dos preços das matérias-primas, os bancos agravaram as taxas de juro, numa altura em que as economias ainda não estão numa fase de crescimento efetivo. A procura tende a baixar substancialmente, ao mesmo tempo que aumentam as tensões sociais. Entretanto, o acesso ao crédito complicou-se. Uma eventualidade se poderá ainda colocar, a possibilidade de os Estados Unidos aumentarem a inflação, levando a um crescimento das taxas de juro. Uma dificuldade suplementar para os países endividados em dólares, já que poderá reforçar ainda mais o custo do crédito e resultar na saída de capitais.

NA PERSPETIVA DE ISABEL CIPRIANO, DIRETORA DA APOTEC

Taxa mínima internacional poderá representar reequilíbrio da receita fiscal

Portugal tem condições pouco atrativas para o investimento estrangeiro, tendo em conta sobretudo o efeito progressivo da tributação em sede de IRC. No entanto, a possibilidade de uma taxa mínima de 15% sobre as empresas multinacionais poderá representar um reequilíbrio da receita fiscal e passar a verificar-se uma maior captação de investimento estrangeiro, admite Isabel Cipriano, diretora da Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC). O nível de tributação que existe atualmente afeta o investimento nacional e estrangeiro. “Os desafios de uma união fiscal europeia são históricos e Portugal tem a desvantagem da pequena dimensão do tecido empresarial e mesmo as grandes multinacionais portuguesas não são assim tão grandes, quando comparadas com as

estrangeiras. No caso nacional, a derrama estadual tem o efeito progressivo na tributação do IRC, que pode ser visto como um fator não atrativo do investimento estrangeiro e que tem levantado algumas críticas”, adianta Isabel Cipriano. Quanto à possibilidade de uma aproximação ao nível da tributação dos países europeus, há uma grande expectativa com o recente acordo histórico dos ministros das Finanças do G7 para implementar um IRC mínimo de 15% sobre os lucros das empresas multinacionais, que poderá contribuir para um reequilíbrio da receita fiscal e, por conseguinte, atraírem-se para Portugal empresas que estão neste momento sediadas em países que são mais vantajosos em termos de tributação de IRC. Isabel Cipriano lembra que nada está

ainda operacionalizado nem se sabem detalhes, sendo que há muitas diferenças em termos de tributação a nível europeu e internacional que será necessário suprir. “Há ainda um aspeto que é importante considerar, uma taxa elevada não significa necessariamente mais receita fiscal e Portugal é um exemplo disso, com uma taxa elevada de IRC, mas que não significa que o Estado arrecade uma grande receita por essa via.” A responsável da APOTEC destaca ainda que a correção deveria privilegiar as PME. Refere a este propósito: “Qualquer alteração a nível do IRC tem impacto direto, pois maioritariamente somos uma economia de micro e pequenas empresas e importa analisar o contributo por setor de atividade, região e não somente pela classificação económica.”

nomore Há 17 anos a criar relações fortes.

ATUALIDADE/Opinião

Comissão exorta à criação de serviços às empresas mais competitivos

A Comissão Europeia apresentou novas recomendações para a reforma da regulamentação aplicável a sete serviços profissionais prestados às empresas. O objetivo das recomendações é incentivar e ajudar os Estados-Membros a criar um ambiente regulamentar propício ao crescimento, à inovação e à criação de emprego e, sobretudo, a eliminar os entraves que persistem.



PAULO VAZ
Vice-Presidente
Red Mundo Atlantico

Destruir valor

O Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, em entrevista realizada à Antena 1 e ao “Jornal de Negócios”, a propósito dos “casos” Joe Berardo e Luís Filipe Vieira, figuras públicas veneradas ainda no passado recente, veio declarar mais um daqueles “óbvios ululantes”, que toda a gente reconhece, mas que ninguém assume até que os “media” os promovam: a corrupção tira valor à economia portuguesa!

A perceção que o mundo vai tendo de nós está longe de ser boa e tem vindo a agravar-se ao longo dos anos, muito embora a classe política vigente procure “assobiar para o lado”, como se não fosse nada com eles ou como se não tivessem responsabilidades governativas precisamente no país em que as coisas sucedem.

Além disso, todo este encadear de situações que vamos conhecendo evidenciam precisamente uma insuportável promiscuidade entre algumas empresas e seus empresários, normalmente de setores protegidos pelo Estado, em que as ligações parecem ser “feitas no céu” invariavelmente para os mesmos, que são igualmente os que se financiavam no sistema financeiro com favor – não deixa de ser repugnante que uma PME tenha de oferecer como garantias os bens próprios e dos acionistas e familiares para obter um empréstimo de baixíssimo valor, ao mesmo tempo que alguns personagens, sem dinheiro e só com dívida, se permitiam comprar ações dando apenas estas como garantias sem qualquer risco pessoal! –, sendo que se trata exatamente da mesma gente que se acha envolvida nos negócios do futebol, estando por cima de tudo e todos, como se de uma meta-realidade se tratasse.

Quando procuramos explicações para o facto de Portugal não crescer e se atrasar relativamente ao resto da União Europeia, especialmente dos países de Leste que aderiram apenas em 2004 e eram bem mais atrasados que nós, muitos dos argumentos estão na enorme capacidade do nosso país em destruir valor: o BPN, o BPP, a Portugal Telecom e o BES, entre outros muitos exemplos, somam largos milhares de milhões de euros de perdas, que os contribuintes acabam por suportar, em vez de serem aplicados na geração de riqueza ou na criação de emprego qualificado, empurrando tanto e tanto talento jovem para a emigração, procurando países mais sérios do que Portugal para trabalhar, construir carreiras e famílias, sendo que também esta é uma forma dramática de destruição de valor. Há também uma outra forma de limitar o desenvolvimento do país e que passa pela gestão táctica da governação, não com o objetivo de satisfazer o interesse comum e supostamente sempre superior, mas apenas para cumprir objetivos de curto prazo, com medidas de cosmética, que nada mudam de substancial, que servem apenas para ter boa imprensa e garantir resultados eleitorais, tantas vezes alicerçadas na vacuidade de ideologias e na incapacidade de fazer o

“
O país precisa desesperadamente de reformas para criar um contexto amigável ao investimento, nacional e internacional, estímulos para que as empresas possam crescer e gerar mais e melhor emprego, mas, nos últimos sete anos absolutamente nada foi realizado nesse sentido”

que tem de ser feito e no tempo que o exige. O país precisa desesperadamente de reformas para criar um contexto amigável ao investimento, nacional e internacional, estímulos para que as empresas possam crescer e gerar mais e melhor emprego, mas, nos últimos sete anos, absolutamente nada foi realizado nesse sentido, antes pelo contrário, reverteram-se medidas, ofereceu-se o que não se podia, distribuiu-se o que não tínhamos, sempre à custa de uma dívida externa galopante, que, mais cedo que tarde, nos vai rebotar novamente nas mãos, trazendo mais austeridade, mais sofrimento e mais atraso. Um ciclo infernal em que somos sempre vítimas do mesmo erro, pois não aprendemos com ele.

Realizar más opções políticas e governativas, contra a mais elementar racionalidade e justiça, é igualmente uma forma de remeter o país para o empobrecimento, mais ou menos rápido e progressivo, dependendo da forma artificiosa como são aplicadas, muitas vezes convencendo a sociedade da sua bondade, pela narrativa, pela demagogia ou simplesmente pela falta de comunicação, condicionando o debate e a crítica, transformando cidadãos em destinatários amorfos, tantas vezes agradecidos pelo mal que lhes fazem. Este é o retrato triste de um país que querem mascarar de feliz, mas que não é mais que um animal sacrificial de experiências que, quando lúcidos, sabemos que vão acabar mal.

Governo destaca novas tecnologias no turismo urbano

O ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, afirmou que “as tecnologias digitais e os investimentos continuados em novas atrações vão permitir disponibilizar uma melhor experiência para milhões de pessoas que estão ansiosas por voltar a fazer turismo”. O ministro destacou também a importância de aproveitar esta oportunidade para relançar o turismo urbano com um foco na sustentabilidade, na inovação e na inclusão.



CIÊNCIA E ECONOMIA

JACK SOIFER

*Consultor Internacional, autor de COMO SAIR DA CRISE, ONTEM E HOJE NA ECONOMIA, PORTUGAL RURAL e o bilingue PORTUGAL PÓS-TROIKA?

Siza Vieira e João Leão: fundo para reformar

É obrigação dos políticos inspirar otimismo. A de experientes técnicos é partilhar realismo, prognóstico e soluções.

S. Vieira agiu bem ao travar um financista tradicional, para não usar outro adjetivo. Portugal precisa urgentemente de um fundo como o BNDES foi no Brasil e os **development funds** são no Norte da Europa. O melhor lá é ter não-financistas, mas engenheiros ou **PME experientes** em vários nichos industriais, como os envolvidos em pequenas associações empresariais regionais.

É fácil contratar um bancário com experiência em risco, outro para análise financeira. É muito difícil encontrar uma pessoa honesta com experiência para prever com realismo o quanto um nicho pode apoiar o desenvolvimento futuro de uma região ou do país. Nunca ela vem da banca, quase sempre de PME.

No Brasil, o **CDES**, Conselho de Desenvolvimento Económico e Social, tinha um **Grupo de Trabalho** que apoiava o ministro Furlan, não-político, vindo de PME. Neste GT haviam os que apoiaram ações para o país exportar mais, e melhor aproveitar as colheitas, limitando as perdas e industrializando mais. Noutro GT estava Frank Svensson, que **falava português com forte sotaque, mas sabia como apoiar o País**.

Muito do enorme crescimento económico e justiça social do Governo Lula deve-se às leis sugeridas naqueles GT. P. ex., a do **Microcrédito**, através de cooperativas e associações empresariais locais, nunca pela banca. Também a do **Simplex**, para limitar a burocracia e simplificar o IRC nos 3 primeiros anos de start-ups e microempresas.

Na Suécia, há 50 anos, o Exportrad, Conselho de Exportações, ligado à CIP, conta com estrangeiros ali residentes ou suecos que por muitos anos viveram noutros países, para apoiar a entrada de PME em nichos rentáveis no estrangeiro. Neste Conselho os **ministros dizem o que gostariam e ouvem** de especialistas **como lá chegar**. A competitividade é enorme!

Um dos problemas que assustam investidores tecnológicos estrangeiros de entrar em Portugal são pequenas ilegalidades e grandes burocracias. P. ex, o abuso das concessionárias. Por cá as de **autoestradas não enviam prova** que a viatura tenha realmente deixado de pagar, enviam a fatura à

“
Muito do enorme crescimento [do Brasil, na época do Governo Lula]... deve-se às leis sugeridas naqueles GT. P. ex., a do Microcrédito, através de cooperativas e associações empresariais locais...e do Simplex, para limitar a burocracia””

AT. Em nenhum país civilizado cabe ao acusado provar que não errou. O ônus da prova é sempre de quem acusa.

O CTT privatizado já não deixa uma nota na caixa do utente, para ir ao balcão buscar uma carta registada ou um livro. Envia pelo mail uma nota para ele pagar e só então saber o número da remessa a buscar. A **ANACOM** se cala quando o concessionário escreve ao reclamante, não com a resolução do problema. É legal? Quem perde a longo prazo? Temos **baixa competitividade** no mercado europeu devido a **problemas estruturais**, não só por falta de capital. O capital tem ido para especulação imobiliária. Isto só melhora quando os fundos de desenvolvimento e de resiliência tiverem **líderes com a experiência exigida para mudanças estruturais** que beneficiem Portugal a médio e longo prazo. E não aos amigos da corte, seja ela de que cor for. **Siza Vieira, Fundo=Reforma. YES, YOU CAN!**